

O alto preço da "soberania nacional"

Há poucos dias, satisfeitas com o resultado das negociações com os credores oficiais reunidos no Clube de Paris, diversas autoridades brasileiras e políticos do PMDB não pouparam palavras para demonstrar o "acerto" da estratégia do governo Sarney, que desde os seus primeiros dias assumiu de público o compromisso de não assinar qualquer tipo de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O precedente aberto pelo Clube seria "prova incontestável" do "apoio" dado pelos governos dos países credores à política brasileira de promover o ajuste interno sem o tradicional pacote de medidas ortodoxas daquele organismo internacional (adequação dos gastos públicos à quantidade de dinheiro disponível para ser gasto, nas mãos do Estado), medidas essas totalmente rejeitadas pela equipe econômica do governo. Na realidade, porém, as coisas não são bem assim.

Em primeiro lugar, embora seja positivo para o País, principalmente neste momento de sufoco, o acordo com o Clube de Paris deve ser visto muito mais como um gesto dos credores governamentais e não como uma demonstração de confiança na atual política econômica brasileira. Ao contrário, os membros do Clube de Paris estão cientes do fracasso do Plano Cruzado e sabem que o próprio FMI deu a sua aprovação ao pacote do Cruzado II de forma bastante discreta. Por outro lado, apesar de ter aceito firmar um acordo com o Brasil, o Clube de Paris deu ao País tratamento bem mais rígido que o oferecido ao México e outros devedores, conforme revela matéria publicada pela *Gazeta Mercantil*.

Assim, parece claro que os credores oficiais não "se dobraram" às exigências brasileiras. O que fizeram foi impor certas condições para aceitar o pedido de renegociação feito pelo País, entre elas o pagamento integral de US\$ 740 milhões, referentes ao principal da dívida e juros, a vencer no segundo semestre deste ano. Como foi noticiado, o Brasil conseguiu incluir no pacote US\$ 464 milhões correspondentes aos compromissos com vencimento no primeiro semestre deste ano, o que revela a grande preocupação das autoridades econômicas com o desempenho da balança comercial nos primeiros meses do ano.

Além de só renegociar parte dos débitos de 1987, o Clube de Paris estabeleceu o prazo de seis anos, com três de carência, para o pagamento das parcelas do principal vencido em 1985 e 1986, no valor de US\$ 3,27 bilhões. Além disso, acrescentou na conta juros de mora no valor de US\$ 384 milhões, que deverão ser pagos em três parcelas semestrais, a partir de junho de 1988. Essas condições contrastam com as oferecidas ao México, que em setembro do ano passado havia firmado um acordo com o FMI. O Clube concedeu ao governo mexicano o reescalonamento de débitos no valor de US\$ 1,8 bilhão, a vencerem nos 18 meses seguintes à data da negociação, pelo prazo de dez anos, com seis de carência. Nesse valor estavam incluídos 100% do principal e 60% dos juros no período (setembro de 1986 a março de 1987). No caso brasileiro, foi renegociada somente parte do principal de 1987, mas os juros (US\$ 188 milhões) deverão ser pagos integralmente.

Na prática, os credores oficiais deram um prazo de mais seis meses para que o Brasil arrume a casa e volte a honrar seus compromissos no prazo. Se isso não acontecer, as novas negociações somente poderão ser iniciadas depois que o governo brasileiro chegar a um acordo formal com o FMI. Naturalmente, apesar de não atender integralmente as pretensões do País, o acordo com o Clube de Paris é importante pelo fato de funcionar como uma espécie de catalisador das negociações com os banqueiros privados, aos quais o presidente do Banco Central pediu "dinheiro novo".

Enquanto a resposta dos credores privados não for conhecida, o governo brasileiro terá de ir adotando uma série de medidas para conviver com essa fase de sufoco cambial. As duas primeiras, que podem ser consideradas um prenúncio da centralização das operações cambiais, já foram tomadas na semana passada, quando a Caixa simplesmente proibiu a importação de 2.500 produtos (entre eles alimentos, insumos industriais, bebidas, máquinas de escrever e calcular, filmadoras, máquinas fotográficas, fumo e iates) e o Banco Central, com o intuito de conter as saídas de dólares, enviou aos bancos e corretores novas normas para as operações de câmbio destinadas a cobrir remessas ao Exterior. Essas normas abrangem o pagamento de serviços, salários, remessas de lucros, dividendos e recursos referentes a desinvestimentos.

Ambas as medidas apenas confirmam as dificuldades cambiais do País, que nos últimos meses sofreu acentuada perda de reservas internacionais, em virtude da deterioração da balança comercial, que fechou o ano de 1986 com um superávit de US\$ 9,5 bilhões, cerca de US\$ 2,5 bilhões abaixo da meta anunciada no início do ano. No ano passado, as exportações de produtos básicos caíram 17,35%, em comparação com o ano anterior, e as vendas externas de manufaturados diminuíram 11,62%.

A perda de reservas causada pelo fraco desempenho das exportações em 1986, as quais sofreram queda de 12,6% em relação ao ano de 1985, ainda não foi divulgada pelo Banco Central, porém é certo que o nível da conta de reservas é hoje incompatível com o volume de importações do País, que é da ordem de US\$ 1,1 bilhão pensais. Essa realidade cambial certamente vai impor sacrifícios à economia brasileira ao longo de 1987, pois não haverá recursos suficientes para pagar os compromissos da dívida externa e realizar importações essenciais como petróleo, máquinas e equipamentos e bens intermediários.

É razoável supor, portanto, que, se não houver uma rápida recuperação das exportações para os níveis de 1985, o País será forçado a conviver com uma escassez de bens importados, que afetará principalmente os setores mais dependentes de insumos provenientes do Exterior, como a indústria eletrônica (informática e telecomunicações) e a indústria farmacêutica.

Esses e outros problemas foram provocados pela imprevidência dos responsáveis pela política econômica, que — demagogicamente empenhados em garantir a vitória do partido do governo — não souberam garantir o necessário equilíbrio entre o consumo interno e as exportações e permitiram o esvaziamento de nossas reservas internacionais, além de multiplicarem, generalizadamente, os gastos públicos. Agora, sem outro recurso, apelam para a "boa vontade" — que tem um alto preço — dos credores externos, como o fizeram no Clube de Paris e se preparam para repetir a "proeza" com os bancos privados, sem pensar — é claro — em tomar o caminho mais lógico que é o de pedir ajuda ao FMI.

É este o preço da "independência" e da "soberania" de que tanto se orgulham os nossos políticos e demagogos de plantão, que, na verdade, significa apenas "independência" do governo para continuar gastando quanto quiser sem se preocupar com quanto tem para gastar, o que, em poucas palavras, é tudo que o FMI exige que não façam os países e governos cujos empréstimos se dispõe a avalizar.